

“...DEPOIS, QUERIDA, GANHAREMOS O MUNDO”: REFLEXÕES SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRAVESTIS ADOLESCENTES, MENINOS FEMININOS E OUTRAS VARIAÇÕES

Larissa Pelúcio*

Tiago Duque**

“Montagens” e “desmontagens”

Silvana Sangalo está de pé em frente a um telefone público (“orelhão”) na esquina da “Praça do Sucão”¹ em Campinas, interior paulista, esperando que seu pai retorne o seu telefonema, depois que ela deu um breve toque no celular dele para que o número do orelhão ficasse registrado. Imediatamente escuta a chamada. Ela atende com sua voz de Vicente. “Oi, pai. Você pode vir me buscar? Tô aqui no Sucão [curto silêncio, o pai fala do outro lado da linha], não dá pra ir de ônibus, pai, tô montada!”².

Silvana/Vicente foi uma das boas surpresas de nosso campo etnográfico realizado, em grande parte, na Praça Bento Quirino, o marco zero da cidade de Campinas e que, na época (2010/2011), havia se tornado um local de lazer de jovens que não se identificavam com a heterossexualidade. Muitos/as deles/as vinham de bairros periféricos para, na Praça do Sucão, encontrar pessoas, namorar, se montar, beber e, eventualmente, participar de atos políticos que também costumavam ter lugar ali.

* Doutora em Ciências Sociais. Professora de Antropologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus Bauru-SP. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero – PAGU, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: larissapelucio@yahoo.com.br.

** Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC/ Campinas). Integra o Identidade – Grupo de Luta pela Diversidade Sexual. E-mail: duque_hua@yahoo.com.br

Quando iniciamos nossa pesquisa sobre questões de gênero, sexualidade e direitos envolvendo travestis adolescentes e jovens³ que vivem na cidade de Campinas, optamos por deixar de lado, pelo menos em um primeiro momento, aqueles ambientes que aparecem nas diferentes pesquisas sobre travestis, como sendo os típicos espaços de sociabilidade e existências por onde elas circulam (SILVA, 1993; KULICK, 1998; BENEDETTI, 2000; PATRÍCIO, 2002; PERES, 2005; GARCIA, 2007; PELÚCIO, 2009; DUQUE, 2011). Ruas de prostituição e casa de cafetinas ou moradias exclusivamente de travestis, são os lugares mais presentes nas referidas pesquisas. Tal opção se traduz, pois, como estratégia metodológica. Nosso receio era de repetir dados e de viciar o nosso olhar, voltando-nos para ambientes já fartamente explorados nos estudos disponíveis. Foi assim que adotamos a “Praça do Sucão” como um dos espaços etnográficos do nosso campo. A ONG *E-Camp*, braço local do coletivo nacional *E-Jovem*, tornou-se outro espaço importante para nossas observações, uma vez que por seu caráter de ativismo LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) reúne adolescentes e jovens que poderiam atender o perfil que buscávamos.

Na mesma casa que servia de sede para a referida ONG funcionava também o “ponto de cultura”⁴ voltado para o que seu idealizador, o jornalista Deco Ribeiro, chama de “cultura gay”, mas que ficou conhecido, dada sua farta divulgação pela grande imprensa⁵, como “escola gay”⁶. De fato não se trata de uma escola formal, mas de um local financiado por editais do Ministério da Educação e Cultura que visam a incentivar e fomentar atividades culturais e locais que mostrem organicidade, isto é, o MEC pretende possibilitar a manutenção e expansão de expressões culturais próprias de determinadas comunidades. A “escola gay”, até mesmo por funcionar onde já se concentravam muitos jovens que se entendiam como homo-orientados, acabou por oferecer um espaço artístico e cultural para aquelas e aqueles que já participavam das atividades políticas do *E-Jovem*, Campinas.

Nossa intenção com a mencionada escolha metodológica foi ampliar o olhar para além dos sujeitos, a fim de situá-los em contextos ampliados, nos quais pudéssemos visualizar como tem se dado a relação entre travestis adolescentes/jovens e diferentes instituições: ONGs, poder público, escola, família e assim perceber o cenário por onde transitam, com quais instâncias dialogam, quais enfrentamentos precisam fazer no seu cotidiano a fim de sustentar uma vida no feminino, tendo sido identificados como meninos ao nascerem.

Por essa perspectiva, nos pareceu igualmente importante entrevistar representantes de agências públicas voltadas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Com esses contatos, atendendo ao nosso recorte, buscamos levantar o que há de efetivo em termos de políticas públicas e reflexões no âmbito do Estado para e sobre travestis. Procuramos reunir dados sobre violência, relacionamento na escola, nível de escolaridade, evasão escolar, motivos que levaram essas/esses jovens a procurar os serviços oferecidos, vínculo com mercado de trabalho formal e/ou informal, dados sobre raça/etnia, relações familiares, espaços de sociabilidade, o quanto essa clientela conhece de seus direitos e mesmo o que têm reivindicado como tal. Como ficará perceptível mais à frente, a busca da garantia destes direitos está pouco sistematizada, apontando para políticas ainda em processo de efetivação bastante experimental de intervenções frente ao segmento de travestis, sobretudo as mais jovens.

Muitos dos caminhos percorridos foram suscitados pelo próprio campo, que nos surpreendeu inúmeras vezes. Buscávamos, com essa imersão etnográfica, encontrar travestis adolescentes e jovens, mas a própria experiência de Vicente/Silvana nos apontava para a estreiteza dessa categoria. Logo nas primeiras incursões, nos demos conta de que os termos identitários que estávamos mobilizando eram pouco descritivos e perdiam muito de sua função heurística diante da dinâmica da Praça, da ONG ou dos relatos que íamos colhendo referentes à escola, à vida familiar, entre outros.

Antes de prosseguir apontando algumas dessas surpresas etnográficas mencionadas no parágrafo anterior, gostaríamos de aclarar que tratamos o “ser adolescente” e o “ser jovem” como conceitos acionados pelos próprios sujeitos para se autodefinirem, independentemente dos registros legais oficiais ou a partir de fixações etárias universalizantes oferecidas por organismos nacionais e internacionais como as apresentadas pelas agências especializadas ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) e que servem para balizar ações locais. Ao contrário, consideramos que estas são noções elaboradas cultural e historicamente; daí seu caráter político que coloca, frequentemente, em disputa essas classificações. Ainda assim, não podemos desprezar as balizas etárias fixadas por estes organismos oficiais, pois são estas as referências acionadas no que tange a formulação e aplicação de políticas públicas. Servem, ainda, como indicadores sociais que têm a capacidade de orientar a sociedade em geral quanto a estes descritores geracionais. Conscientes destas

tensões e disputas, reiteramos que, mais do que nos referenciarmos pelos marcos oficiais que estabelecem as faixas de idades que caberiam nos conceitos de adolescentes e jovens, tomamos as próprias percepções e definições das pessoas que integraram esta pesquisa quanto ao seu lugar etário.

Esclarecido esse importante eixo de nossa análise, voltamos aos aspectos que nos desestabilizaram em campo. Logo de início, dois fatos nos chamaram a atenção: não encontramos travestis entre 22 e 25 anos fora do universo da prostituição; o aumento da categoria, como população de rua, conforme a fala de duas gestoras⁷ e de uma agente de saúde⁸. Isto nos tem feito pensar que as mudanças em curso parecem ter impactado de maneira diferente aquelas travestis jovens e as que estão hoje entre 15 e 18 anos.

A questão da faixa etária também foi notória. Nas nossas incursões pela Praça do Sucão, percebemos pessoas cada vez mais jovens. Chegamos a pensar em estilos andrógenos, mas nos demos conta de se tratar mais de uma questão etária do que propriamente de um jogo com os gêneros⁹. Assim como foi notável encontrar muitas experimentações com o feminino, que fugiam do estilo de roupas mais sexualizadas associado às travestis. A relação com a AIDS também nos pareceu insólita, mas nas conversas com gestoras e com as jovens “montadas” e travestis, de fato, este é um tema que parece não ter a centralidade que teve até recentemente. Fora do *E-jovem* – onde estivemos em contato com adolescentes com alguma politização e reflexão sobre sexualidade, violência, visibilidade e oportunidades profissionais, entre outras questões –, nos intrigou o entendimento que alguns/algumas frequentadoras têm das homossexualidades como “espécies”, como desvio da ordem familiar, e daí a aceitação da “guetização”, da autovigilância em relação a comportamentos que possam ser lidos como ofensivos pelos “normais”.

Enfim, a Praça mostrou-se um espaço de investigação bastante fértil, obrigando-nos a deslocar o olhar para uma outra dinâmica na constituição de experiências que poderíamos, pelo menos de início, considerar como experiências travestis.

No campo das experimentações

A Praça do Sucão, já há alguns anos, tem se notabilizado por reunir garotos e garotas que buscam experiências afetivas e sexuais com pessoas do mesmo sexo¹⁰. Nas conversas que tivemos com alguns/algumas jovens que

circulam por ali, ficou perceptível a valorização do local como espaço de lazer e sociabilidade “das gays mais novas”. Mas, a Praça do Sucão não é apenas um lugar fortemente marcado por aspectos geracionais; há também uma percepção de que aquele é

(...) um local de “bichas podres”, como costume ouvir de rapazes “mais discretos” que não gostam de freqüentar o local. (...). A maioria dos freqüentadores se concentra no período da noite, em especial na sexta-feira e sábado, e nas tardes quentes de domingo. Os clientes são lésbicas, gays e algumas travestis bastante jovens. Muitos destes, quando não são dos bairros mais periféricos na cidade, vêm de outros municípios próximos, como Sumaré e Hortolândia. Junto dos “viados”, como este público é chamado por muitos munícipes que passam pelo local, também se encontram moradores de rua, *trecheiros*, *punks*, emos e vendedores de artesanatos... As “bichas velhas”, como são chamados os idosos que freqüentam o bar, também dividem os espaços com os demais freqüentadores. Estas, por sua vez, são poucas e costumam ficar sentadas nas mesas, conversando e bebendo. A maior parte dos jovens não consome no bar, entram para usar o banheiro e ficam do lado de fora, em grupo, sentados no chão da praça. Às vezes eles trazem as bebidas de outros lugares, neste caso, comumente garrafas de vinho (DUQUE, 2011: 110).

Na hierarquia dos territórios, presentes em todas as cidades, a Praça Bento Quirino fica no limiar entre um espaço tido como degradado, desvalorizado pela frequência e o *point*, um local valorizado para o lazer. A área reúne vários bares, uma pizzaria e, até mesmo, um tradicional e sofisticado clube que ocupa o último andar do prédio azul, em estilo neoclássico, situado no ângulo oposto àquele que virou o canto dos meninos e meninas emos¹¹.

A Praça é também importante por ser um lugar deslocado do bairro. Isto permite não só comportamentos e relações afetivas que seriam mais difíceis de serem vividos nas proximidades da casa e da vizinhança, como também pela força simbólica do lugar: uma praça central que todas às sextas-feiras, à noite, é ocupada pela periferia.

Talvez venham daí as tensões que movimentam os encontros desses jovens que vêm da chamada periferia da cidade. Certa noite, mal chegamos ao Sucão e um empurra-empurra começou. A única coisa que conseguíamos entender, a princípio, era que aparentemente um adolescente estava tirando

satisfações com outro e que cada um dos envolvidos tinha adeptos e adeptas que defendiam o ponto de vista adotado por cada protagonista. Os desaforos eram gritados também por quem só assistia. De outros pontos da Praça vinham mais jovens correndo. Passaram por nós dois meninos de mãos dadas rindo nervosos. Um clima de “pátio de escola”, nas palavras de Deco Ribeiro, descrevendo o lugar. De repente, se destaca um grito agudo e jocoso: “Itatiaia contra São Fernando!”. Era um dos meninos que até então assistia à briga, fazendo uma referência à antiga rivalidade existente entre dois bairros da periferia de Campinas, famosos por notícias de violência e de tráfico de drogas frequentemente veiculadas pela imprensa local. Na verdade, tratava-se de um entrevero amoroso, mas a alusão aos bairros, naquele contexto, servia para valorizar ainda mais o ocorrido, deslocando a contenda do plano pessoal para o coletivo, ao mesmo tempo em que conferia simetria à disputa; afinal, todos ali vinham de bairros pobres, considerados perigosos e mal-vistos pelos “cidadãos respeitáveis”. A alusão aos bairros servia, ainda, para sublinhar o pertencimento de classe expresso na menção a locais desprestigiados. O grito “reterritorializava” o bairro naquele espaço central, marcando a Praça como um lugar das meninas e meninos da periferia. Mas também como espaço das “pintosas”, dos emos, dos “sapatões”, das “travas”, “montadas”, “viados”, enfim, uma miríade de categorias que tem sido reapropriada pelas pessoas que frequentam o local. Ora acionadas como termos de identificação, ora de acusação, em um jogo tenso com as convenções que buscam normalizar esses corpos e, assim, os desejos. As identidades podem se tornar lugares de resistência, mas também de reiteração de convenções, servindo, por vezes, para balizar as distâncias entre o “eu” e o “outro” apontado, conforme o contexto, como o verdadeiro desviante.

É preciso, ainda, situar discursivamente “‘periferia’ e ‘centro’ como ‘categorias que remetem a um imaginário que fala de mundos singulares e contrapostos, separados pelas desigualdades sociais’” (SIMÕES, FRANÇA e MACEDO, 2010: 45). Mundos perpassados por eixos de diferenciações que vão além dos significados socioeconômicos referidos à classe, como mostram estes autores. Naturalidade (local de nascimento) e raça se confundem quando se fala em periferia. Desta forma, nordestinos, ainda que possam se entender como brancos, são, antes, percebidos como pobres, e assim, “menos brancos”, o que acaba tendo implicações referentes às sexualidades, aos estilos de masculinidades, de feminilidades e de vivências fora da heterossexualidade.

Parece haver uma tendência entre os rapazes das classes populares a assumir de maneira mais ostensiva projetos de feminilização, o que, de certa forma, é corroborado pelo grande número de travestis oriundas desses estratos, em comparação com aquelas de classe média. Assim como a presença de casais formados por pessoas do mesmo sexo com tendência a reproduzir assimetrias de gênero, também parece ter um componente de classe, conforme análise de Maria Luiza Heilborn (2004).

Neste sentido, é interessante observar alguns dos casais que se formam ao longo da noite ali na Praça. Meninos mais escuros aparecem a certa altura da noite em pequenos grupos. Muitos usam bonés, camisetas largas, calças ou bermudas idem, vestimentas e estilos corporais que remetem a um tipo conhecido como “mano”:

Uma categoria para designar rapazes de periferia, negros e mestiços, especialmente aqueles que gostam de rap e hip-hop e adotam estilos de corpo e indumentária associados a esses ritmos de música, dança e poesia. “Mano” às vezes tem conotações pejorativas (como marginal, violento, tosco, brega), mas é também uma forma de tratamento comum entre rapazes de periferia e aparece não só em letras de grupos de rap paulistanos (SIMÕES, FRANÇA e MACEDO, 2010: 46).

Muitas vezes, são eles, os “manos”, que têm como “minas” as travestis jovens ou as “montadas”, com quem desfilam de mãos dadas pelo retângulo da Bento Quirino.

As “montadas” são meninos que operam intervenções epidérmicas em busca de uma imagem que os associe ao feminino: vestem-se com roupas tidas como de mulher, usam perucas, pintam as unhas, tiram as sobrancelhas, mas não estão “24 horas de mulher”. Entre estes casais, elas também são mais escuras do que outras/os frequentadoras/es da Praça; ainda que haja as que podem ser vistas como brancas. Em comum entre elas os esforços de branqueamento, a partir do uso de perucas longas e lisas; de cabelos tingidos de loiro ou tratados com químicas especiais para alisamento dos fios; do uso de roupas que remetem à moda consagrada em editoriais de revistas voltadas para o público “teen”, filmes e novelas, em um estilo de “glamour” associado a uma estética branca. Nunca vimos casais formados por aqueles rapazes e meninos femininos ou com aquelas que privilegiam uma “montagem” mais

“caricata”, que tendem a exageros de acessórios, ao burlesco, e que não têm a intenção de “passar por mulher”¹². Os modelos heteronormativos parecem ser reiterados na formação desses pares. Apesar disso, consideramos haver mais do que mera reprodução nessas relações que não seguem moldes brancos e burgueses, e talvez elas estejam além da reafirmação de convenções de gênero¹³. É preciso que se pense nas práticas sexuais, situando o desejo que mobiliza esses arranjos, e nas subjetividades que tais experiências podem conformar. Gênero, sexualidade, geração e classe social se intersectam nessas vivências e atualizações do feminino, em que adolescentes moradores de bairros afastados, experimentam no centro da cidade estilos de viver os gêneros que podem ser pensados como reinscrições dessas convenções de sexo e gênero, como também de experimentações (ainda tateantes), que vem se tornando possíveis diante das “transformações do lugar social da homossexualidade no Brasil” (FRANÇA, 2010).

“Atualmente a Praça do Sucão é um espaço de referência, de sociabilidade, de reconhecimento. Aquele é um espaço de experimentação”, avalia Deco Ribeiro, ressaltando também a força simbólica do local: não só está situado no centro como no marco zero da cidade. Ali, entre o túmulo-monumento do compositor Carlos Gomes e a Basílica Nossa Senhora do Carmo, um dos meninos montados exhibe sua androgenia sob um chapéu estruturado em tecido xadrez em tons de cinza, por baixo o cabelo rente à cabeça. O modelo incluía um *camisete*¹⁴ também xadrez e um short preto acinturado, mas com volume na altura da coxa (modelo balonê). Nos pés, uma sandália baixa em estilo gladiador subia em tiras pelas pernas. Seu andar procurava acentuar sua feminilidade, mas sem afetação. “Onde mais ele iria experimentar isso, na escola, em casa?”, interroga Deco, sem esperar resposta. Mas nós buscamos por uma e perguntamos a Vicente/Silvana como ele definiria aquela pessoa. E ele: “quem é que sabe o que é aquilo?!”, exclama. São as experimentações do Sucão!

Isadora França, seguindo Frank Mort, mostra como o lugar é mais que “mero pano de fundo passivo a ser ocupado por sujeitos plenamente constituídos, mas que atua na constituição de subjetividades mediadas pelo consumo, congregando práticas de consumo que se organizam espacialmente” (FRANÇA, 2010: 73). Na “Praça do Sucão” se consomem e se produzem estilos diversos de se ser “gay”, “lésbica”, “trava”, “sapa”, “emo”, “bicha”, “montada”, expressos na forma de se vestir e usar os acessórios, relacionando

moda a expressões da sexualidade, mas também a raça, borrando, por vezes, as marcas de classe.

Fátima Checheto chama a atenção para o conceito de estilo, sugerindo que ele nos ajuda a pensar nas rápidas e efêmeras incorporações:

(...) da moda, do consumo, das drogas, dos comportamentos sexuais, entre outros, que não podem ser mais interpretados somente pela perspectiva de cultura de classe. Os estilos, por sua natureza fragmentada, permitem pensar essas novas configurações, orientadas não por um projeto único, mas já em si um feixe simbólico de relações. Assim, não é possível apontar somente uma identidade para explicar os comportamentos dos grupos. Essas possibilidades de transformação do corpo e a incorporação de estilos estão mais ou menos disponíveis na sociedade globalizada e são fluidas e transitórias (CECCHETTO, 2004, citada por Monteiro *et alli*, 2010: 98, nota de rodapé 18).

Essas possibilidades de transformação do corpo e incorporação de estilos não estão simplesmente disponíveis como peças para o consumo. Elas são aprendidas. Nesse processo são categorizadas, hierarquizadas, justamente porque nelas estão implicados valores que se confrontam ou se adéquam a discursos hegemônicos sobre corpo, (homo)sexualidade, raça e classe. A adesão a um estilo precisa ser negociada, passa, assim, por processos racionais de escolhas, ainda que não sejam percebidos sempre desta maneira pelas pessoas que os adotam.

Os experimentalismos que se pluralizam em categorias de identificação autoatribuídas (ou impostas), nos parecem ter relação com uma série de mudanças em curso na sociedade brasileira, sobretudo relativa às discussões sobre orientação sexual e “diversidade” pautadas na agenda política e veiculadas pela mídia. Discute-se intensamente a questão, mesmo em meios de comunicação tidos como conservadores, como é o caso da Rede Globo. Somam-se a essa visibilidade, mais positiva, debates públicos sobre a criminalização da homofobia, popularizando o termo que até recentemente não fazia parte do vocabulário das pessoas alheias às discussões acadêmicas e/ou políticas sobre as questões das sexualidades não-normativas¹⁵.

Nos dias em que corre o clima de liberdades individuais e políticas, somadas à organização da sociedade civil, às facilidades tecnológicas de

comunicação e difusão de idéias, vivências fora da norma podem ser experimentadas e visibilizadas. Experimentações que possibilitam diferentes percepções sobre si e sobre os outros, criando novas subjetividades que demandam nomeações igualmente novas.

Em uma cidade como Campinas, com mais de um milhão de habitantes, as mencionadas mudanças têm repercutido na inauguração do Ponto de Cultura Escola Jovem LGBT, em um movimento social bastante atuante no que se refere às demandas sintetizadas na sigla LGBT, o que pode ser constatado, entre outros aspectos, pelo fato de a cidade contar com uma das mais expressivas lideranças travestis do Brasil, a ativista Janaina Lima, bem como por ser uma das poucas localidades do estado a contar com um Centro de Referência Especializado de Assistência Social, voltado a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CREAS LGBT). Além disso, no que se refere a políticas públicas para a juventude e ao mapeamento da cidade como lugar estratégico de enfrentamento da exploração sexual, comercial, de crianças e adolescentes, somente no ano de 2005, a Prefeitura Municipal obteve, por meio do Projeto “Rotas Recriadas – crianças e adolescentes livres da exploração sexual” –, um milhão de reais fornecidos por um convênio com a PETROBRÁS.

Nossa escolha etnográfica pela cidade deveu-se, em parte, às citadas características, servindo como um importante “laboratório” de observação, no que se refere a políticas públicas voltadas para o segmento que nos interessava mais detidamente, bem como pelo fato de ambos sermos pesquisadores com vínculos com o Núcleo de Estudos de Gênero Pagu – Unicamp, instituição que capitaneou o projeto no qual esta pesquisa se inseriu.

Trânsitos e fixações

O fim de tarde luminoso agita a “Praça do Sucão” no Centro de Campinas. Ainda não são seis horas e o bar por cuja denominação a praça passou a ser conhecida, já está movimentado. Vicente chega acompanhado por Rúbia, trazendo os cartazes da peça *Stonewall*, onde atuam. Apesar da exaustão típica de uma pré-estréia, se mostram muito animadas diante da iminência de levar aos palcos uma versão livre da história do evento que se tornou um marco da luta por igualdade de direitos civis e introduziu definitivamente na agenda política a questão dos direitos sexuais para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

O cartaz da peça bem poderia sintetizar graficamente algumas das recentes discussões suscitadas pelo que vimos ao longo desta pesquisa. Na foto, Vicente é a dona do bar que deu nome à peça; Rafaela, a travesti que é professora de dança na “escola gay”, encarna o policial que se apaixona pela garçonete do Stonewall, representada por Rúbia, hoje assumidamente travesti, mas que há bem pouco tempo preferia se identificar como *drag-queen*.

É justamente esse jogo com formas de viver os gêneros e experimentar o feminino que tem nos instigado em campo e provocado nossas intenções iniciais de pesquisa, voltadas para travestis adolescentes e jovens. Por isso nos interessamos também pelos trânsitos, pelas experimentações que resultam muitas vezes em incompreensões, expressas nas dificuldades dessas e desses jovens em acharem um termo, um lugar, na difícil conciliação entre o desejo de reconhecimento e o enfrentamento das normas que procuram negar as possibilidades ontológicas destes sujeitos.

Em seu livro, fruto de pesquisa de mestrado realizado ao longo dos anos de 2006 a 2008, Tiago Duque já apontava para mudanças em andamento na constituição de vidas travestis. Ao mesmo tempo em que o pesquisador identificou uma flexibilização do projeto de feminilização, que tende ao adiamento de alguns investimentos corporais como ingerir hormônios femininos ou colocar “silicone”, apontou para um conjunto de permanências, expressas tanto na elaboração de roteiros de assunção da travestilidade via prostituição, como na violência e no preconceito que ainda cercam essa experiência.

Dáí o recurso à “montagem estratégica”, identificado por Duque, como uma maneira de “dar o truque”, driblando convenções de gênero mais consolidado entre travestis mais velhas, e, ao mesmo tempo, uma forma de lidar com o dispositivo do “armário”¹⁶. A estratégia da montagem, segundo Duque, permitiria àqueles jovens suportar de forma mais agenciada a vergonha e o estigma, possibilitando-lhes, por vezes, driblar a violência e, por outras, conquistar parceiros sexuais. Daria também acesso ao mercado de trabalho, sabidamente heterossexista. Vagner, um dos adolescentes entrevistados por Duque, contou que desistiu de ser travesti, pois “se para um gay já estava difícil arrumar emprego e namorado, que dirá para uma travesti”. Por isso estava “fazendo a linha mais bofe” (quer dizer, um estilo mais afeito aos modelos convencionais de masculinidade), sem ser de fato um, preferindo se reconhecer naquele momento como uma *gayrota*¹⁷.

O lúdico e o jocoso parecem também fazer parte da *montagem estratégica*, um jogo que tem a ver com um tipo de humor bastante presente entre travestis e gays, mas no contexto analisado, sugere que há também aí um traço geracional capaz de abrir outras possibilidades para essas brincadeiras¹⁸. Jogar com as categorias, experimentar combinações transitórias de gênero, testar estilos, pode ter a ver com a reverberação atual dos debates sobre gênero e sexualidades, com o aumento de lugares de sociabilidade e lazer, que são também espaços de trocas e aprendizado; assim como as redes sociais que se articulam na *internet*.

Não foi incomum, em nossas interações com as/os adolescentes que frequentam a “Escola Gay” e/ou o “Sucão”, a menção ao uso das redes sociais disponíveis. Por meio das diferentes plataformas, articulam encontros, trocam informações, estabelecem contatos, formam vínculos, aprendem sobre homossexualidade, “montagens”, outras vivências e experimentações de sexualidade e gênero; vêem a si mesmos, divulgando, via *Youtube* (*site* de compartilhamento de vídeos), pequenos filmes onde registram eventos, brincadeiras, personagens. Por este canal, assistem a trechos de programas veiculados nas TVs pagas e abertas, reproduzindo os *links* destes em outras plataformas, divulgando, assim, seu conteúdo.

Voltando às categorias de identificação, percebemos que os usos da *internet* têm potencial de ampliar os horizontes de possibilidades de vivências para além dos limites da heterossexualidade, provocando a imaginação e as experimentações. Por outro lado, essas novas formas de falar sobre sexualidade parecem não conseguir romper com percepções sobre gênero e sexo fornecidas pela matriz dicotômica, uma vez que os questionamentos sobre os desejos e as formas de corporificar gêneros, aparecem frequentemente na fala de algumas e alguns adolescentes e jovens com os quais interagimos. O binário hetero/homo mostra-se central para organizar as experiências e pensar as identidades.

Quando estivemos pela primeira vez na sede do *E-Jovem* (Campinas), Deco Ribeiro nos apresentou ao grupo que estava ali reunido falando de nossa pesquisa. Após a reunião da ONG, parte dos presentes se interessou em conversar conosco. Tiago era quase uma estrela, pois tinha saído em uma matéria na revista *Júnior*, voltada para o público *gay* jovem. Isto facilitou consideravelmente o diálogo. Não sabemos precisar exatamente em que momento passamos a ser vistos como autoridades em relação a gênero e sexualidade, de modo que as discussões sobre os trânsitos de identidade ou auto-reconhecimento se transformaram em perguntas dirigidas a nós.

No princípio, a conversa girou em torno das autoidentificações, quase sempre seguidas de comentários das pessoas presentes, concordando ou apontando incoerências na forma que uma ou outra acreditava ser mais adequada para se definir; por exemplo, Rúbia, que até há pouco se dizia *drag-queen*. “A gente falou para ela, ‘bicha, a senhora vive montada, 24 horas de mulher! Isso é ser travesti’. Ela ficou meio assim... mas agora tá se aproximando mais da Rafaela e tá vendo que talvez ela seja mesmo travesti”. Mesmo que Rúbia não quisesse, naquele momento, ser vista como travesti, era como estava sendo percebida pelas amigas e amigos. Ainda que ela mesma não se identificasse inteiramente com aquela categoria, não parecia até aquele momento haver outra disponível. “É o que tem pra hoje.”¹⁹

Ao fim desta pesquisa, Rúbia, 19 anos, mostrava-se relativamente confortável com sua nova “identidade”, mas procurando traçar a linha entre ela – que não se prostitui ou toma hormônios (elementos tidos, por muitas travestis, como marcadores de uma identidade travesti) – e as outras, atribuindo parte dessas distinções ao fato de ter frequentado as reuniões do *E-Jovem*, onde chegou a ser coordenadora de cultura.

As limitações encontradas por Rúbia em busca de uma identidade nos remetem à recente entrevista da filósofa queer Beatriz Preciado, na qual ela fala de sua longa resistência às imposições de gênero. De maneira que se definir como mulher pareceu-lhe desde há muito limitador, daí ter “pensado en cambiarme de sexo pero ¿hacia qué sexo?; he pensando en cambiarme de nombre pero ¿hacia qué nombre? Prefiero una multiplicidad de identidades móviles” (Preciado em entrevista a Silvestre, 2010: s/n). Ela declara, então, que prefere jogar com a ambiguidade. Um jogo que quando ensaiado por aquelas/es jovens parece encontrar resistências dentro do próprio grupo. A ambiguidade é justamente o que não parece possível; é o que desestabiliza as possibilidades de inteligibilidade, pois estas são dadas a partir de um sistema heteronormativo solidamente assentado, ainda que cheio de fissuras. São justamente as incoerências desse sistema – que suscitam as questões sobre as categorias identitárias e seus limites – que acabam por engessar práticas e desejos.

Curiosamente, naquela tarde de conversas foram poucas as perguntas relativas à orientação sexual. Parece que ninguém ali tinha dúvidas quanto a ser “gay” ou “bicha”, ou pelo menos de não ser heterossexual²⁰. O que pareceu

confundir os participantes daquela conversa tinha estreita relação com os gêneros e os desejos. Melhor: com a forma binária de se entender os gêneros e o sentido que deve tomar o desejo a partir da identificação com o feminino ou o masculino.

Daniel e Márcio formavam um casal e eram os jovens “mais velhos” durante aquele bate-papo. Eles se apresentaram como *drag-queen*, mas para ambos essa autotaxação nada tem a ver com palco ou com *shows*. “E pode ser *drag* assim?, queríamos saber”. A resposta foi dada por Daniel: “Pode, porque *drag* não tem a ver só com fazer *show*; tem a ver em gostar de brincar com o feminino. Às vezes pra chocar, às vezes só pra ferver”. Nenhum problema quanto a isso, a questão para eles era outra, e poderia ser formulada nos seguintes termos: “uma *drag* pode namorar outra *drag*? Por que as pessoas, mesmo os gays, não acham que isso seja possível, ou aceitável?”. “Por isso o pessoal diz que nós somos lésbicas”. Depois dessa explicação, entendemos porque um dos “meninos montados” que estive na reunião naquela tarde era chamado por todos/as, e de forma persistente, de “sapatão”. O que víamos como curioso e inexplicável naquele momento parece ganhar sentido quando paramos para analisar os dados. Há uma busca de inteligibilidade para suas vidas a partir de uma matriz que encapsula a potência política de suas práticas.

Em outra ocasião, Vicente/Silvana narra uma discussão motivada pela construção das personagens da peça *Stonewall*. Na versão livre do grupo há um policial, interpretado por Rafaela, que se apaixona pela travesti que trabalha no bar, personagem de Rúbia. Aí veio a dúvida: “aquele policial era hetero ou gay?”. Vicente procura responder a questão pensando nas suas experiências como *drag-queen*, lembrando dos homens que procuram Silvana Sangalo, seu alter ego e personagem. “Eles são hetero. Tanto que alguns são casados, têm filho, esposa, essas coisas. Pra mim, o cara é hetero. Daí a Rafaela, a travesti, falou: ‘mona²¹, eles vão procurar a gente e fazem a passiva’. ‘Rafaela, elas não podem ser heteros que gostam de ser passivos?’²². E ela disse, ‘mona, isso não existe!’. Então, Vicente interrompe a história e reflete interrogativo: “não sei se precisaria ter mais uma sigla pra homem que gosta de fazer a passiva com travesti”.

Permanências e reinscrições

Vivian está “poderosa” no tubinho preto. Ao encontrar com Tiago Duque, se mostra contente, pois não se viam desde que ele havia encerrado seu campo anterior ali no “Sucão”. “E aí, mona?”. Ela conta que largou a escola, não conseguiu conciliar com o trabalho; neste, segue firme, “de carteira assinada”. Por isso só tem “se montado” nos finais de semana, e aproveita para perambular pela Praça antes de ir para a Avenida Aquidaban, ponto tradicional de prostituição travesti em Campinas. “É uma adrenalina que coloquei na minha vida”, comenta referindo-se ao fato de “fazer pista”²³ eventualmente.

Uma travesti mais velha depois comentaria conosco que se admira ou lhe causa certa estranheza o fato de, atualmente, haver “tanto mamão-macho na avenida sem apanhar”. Ela se refere justamente a casos como o de Vivian, que não faz um investimento corporal que possa ser tomado como mais consistente pelas travestis de outras gerações. As mais velhas tendem a recusar esse modelo flutuante. Passar a vida toda apenas “se montando”, sem nunca “ir a fundo” na transformação do corpo, pode ser interpretado como uma falha moral relacionada à covardia e/ou ao oportunismo. Por isso, muitas “gayzinhas” que “baixam na Avenida” só nos fins de semana, eram ameaçadas por aquelas que trabalhavam ali diariamente.

A “admiração” da travesti veterana sugere que esse tipo de expediente venha se mostrando mais comum do que em outros tempos, levando-nos a pensar que pode haver mais a ser discutido aqui do que o manejo estratégico da feminilização dos corpos. Este algo a mais se relaciona à visibilidade ampliada das homossexualidades, à criação de espaços para experimentações, como estamos propondo. Experiências nas quais as diferenças passam a ser vividas não apenas como desigualdades, o que potencializa a formação de sujeitos outros, para os quais os termos de reconhecimento parecem não estar ainda disponíveis.

Mesmo entre travestis mais velhas, tem havido toda uma reflexão sobre os termos identitários, seus significados e implicações para a conformação de sujeitos sexuais. Bruno Barbosa (2010), em sua etnografia sobre os usos das categorias travesti e transexual, mostrou que ao refletirem sobre suas vivências de sexualidade e gênero, suas entrevistadas, repensavam suas biografias, reelaborando e deslocando categorias identitárias (muitas vezes, informadas por convenções do discurso médico), baseando-se nas novas categorias

disponíveis, e reconfigurando seus lugares de identificação, sempre de forma contextualizada.

Olhando o desfile de meninos atualizando estilos de feminino na Praça do Sucão deduzimos que a linha divisória entre as travestis e as “montadas” ainda é sutil. Cogitamos se os experimentalismos entre os meninos que “se montam” não poderiam borrar ainda mais essa fronteira fazendo com que o termo travesti passasse a englobar também essas experiências²⁴. Ou, se ao contrário, nessas buscas, outras categorias surgiriam, se fixando, e orientando novas subjetividades. O campo etnográfico nos mostrou, sim, a tentativa de se operar com as categorias existentes, buscando alargar seus limites identitários.

Entre estes limites, segundo a análise de Rúbia, está a associação entre travesti e uma sexualidade exacerbada. “O povo vê travesti como um objeto sexual. (...). A pessoa olha pra você e diz: ‘ah, você é travesti? Come e chupa? Come e dá?’”, o que, no seu entender, faz com que “até certo ponto, os viados [sejam] considerados como um amigo, mas travesti é objeto sexual”. A maneira que a entrevistada tem encontrado para romper com essa imagem cristalizada é ser discreta e mostrar-se bem informada, o que também, segundo ela, surpreende seus/suas interlocutores/as que não esperam que uma travesti tenha conhecimentos sobre leis e seus direitos, conforme procura demonstrar possuir. Nas suas palavras:

Uma vez a gente tava comentando na escola sobre viado e não sei o quê, aí eu peguei e falei assim: ‘olha eu sou coordenadora de cultura do E-Jovem²⁵, a primeira escola GLS, diretora do JS, União da Juventude Socialista, e, pelo que eu saiba, existe uma lei contra homofobia’. E aí o povo: ‘ai, existe uma lei contra isso agora?’. Eu falei: ‘existe! A Lei 10.948²⁶, que fala sobre isso, isso e aquilo’. O povo olhou para minha cara e: ‘desde quando existe isso?’. E eu: ó, ‘faz tempo’. Se a pessoa quiser fazer um boletim de ocorrência, a pessoa pode; ‘ai, mas eu não sabia disso’. E eu: ‘então, vocês se acham tão inteligentes para xingar uma pessoa que vocês não sabem o que a pessoa pode fazer contra vocês’. Então o povo já fica mais assim, né?

O “corpão” não aparece como uma preocupação para Rúbia, ainda que ela deseje colocar prótese cirúrgica de silicone no seio, daí ter de se esmerar na construção de seu lugar como travesti, não só na ONG em que atua como na Praça, lugares onde meninos femininos desfilam “montados”. Alguns

borram e confundem os gêneros, como o rapaz do qual falamos antes, com seu chapéu xadrez e sandálias gladiador. É possível que algumas pessoas o vejam como uma *drag* “caricata”, como é o caso de Silvana Sangalo, com suas roupas inusitadas, suas perucas um tanto gastas e seus acessórios “com cara de brechó”. Seu visual se distancia daquele de outras “montadas” que procuram apresentar-se com roupas mais sintonizadas com a moda, afastando-se, ao mesmo tempo, do estilo sexualizado das travestis que aparecem ali na Praça: camisetas curtas, umbigo à mostra, jeans justos, cabelos longos e soltos. Uma delas, por volta dos 20 e poucos anos, encontra Silvana Sangalo e elogia seu *gloss*, dizendo que irá “dá a elza” (roubar) nele. Silvana ri e elogia o corpo e os cabelos da travesti, convidando-a para “se juntar a nós”. Ela recusa e justifica-se: teria de ir trabalhar, “fazer pista”. Apesar de estar sem vontade alguma, pois “a Praça tá tão gostosa...”.

Lana, chamemo-la assim, não chega a “confundir” outros/as frequentador/as da Praça, pois haveria uma coerência de gênero na sua feminilidade construída. Uma feminilidade muito distinta daquela de Jéssica, que com sua camiseta do Corinthians, boné e bermudas largas, prefere ser chamada de homossexual, pois não gosta do termo lésbica. Apesar de seu visual masculino, Jéssica não se vê como alguém “travestido”. As suas escolhas de indumentária são, na sua própria percepção, adequadas. Ela é uma mulher que gosta de mulher, por isso aquele visual. Diferente de “uns montado aqui que, olha, só por Deus. É feio! Tem uns que você nem fala que é, entendeu? Mas tem uns...”²⁷.

Nomear essas experimentações tem sido um desafio para as próprias pessoas que as vivenciam. Como Jéssica, em sua “montação” estilo “bofinho”, que não aceita o termo lésbica para se descrever, tampouco se vê como alguém que se “traveste” de rapaz.

A proliferação de categorias dentro das homossexualidades já aparecia na clássica etnografia de Néstor Perlongher (1987) sobre prostituição viril em São Paulo, ainda que bastante circunscrita à homossexualidade masculina. Reaparece agora nos recentes trabalhos de Parreira (2008), Facchini (2009), França (2010) e Santos (2012), nos fazendo pensar o quanto essas tantas formas de nomear, classificar, descrever, identificar, tem relação com possibilidades sociais, políticas e culturais de experimentações de vivências que, de forma mais ou menos intencionais e/ou conscientes, questionam os valores sexuais vigentes²⁸. No caso do trabalho de Perlongher, a cena que ele acompanha

acaba de ser tocada pelo impacto da AIDS (que ele prefere deixar de fora das suas análises) e vem embalada pelo processo de redemocratização do País, do crescimento dos movimentos sociais, dentre estes, o então chamado movimento homossexual²⁹. A emergência da AIDS provocou um retrocesso naquele processo de visibilidade positiva e diálogos políticos com segmentos sociais mais conservadores. Reforçados, os estigmas enfraquecem os discursos mais libertários e criam, até mesmo entre os homossexuais, o medo frente aos experimentalismos e aos comportamentos menos afeitos ao *mainstream*, como constata o próprio Perlongher, em *O que é Aids*:

Em São Paulo, a irrupção da AIDS radicaliza, no plano espacial, o progressivo esvaziamento do gueto *gay* do centro da cidade. (...) Num dado momento, o *trottoir* fervoroso de *gays*, *bichas*, *michês*, *travestis* e todo tipo de *entendidos* parece cessar (1987a: 61. Grifos nossos).

Volta-se, então, para os espaços não-visíveis, clandestinos, silenciando-se os prazeres, enquanto, paralelamente se fala eloquentemente dos perigos, vigiam-se as sexualidades gestando-se subjetividades marcadas pela culpa e pelo medo.

Dezesseis anos após o início da disponibilização “gratuita” dos antiretrovirais no Brasil e quase três décadas de discussões suscitadas pela emergência da AIDS, temos um cenário bastante modificado, no que se refere às sexualidades não-normativas; panorama que foi acompanhado pelo crescimento dos estudos na área. Algumas daquelas pesquisas ajudaram não apenas a compor um campo, mas também a problematizar a realidade marcada por uma biopolítica vigilante.

O espaço aberto da Praça Bento Quirino – lugar de experimentações e de sociabilidade para adolescentes e jovens em desacordo com as regras de sexo e gênero – parece ser a evidência material dessas mudanças. Um olhar mais crítico e demorado sobre a cena nos revela permanências e reinscrições dessas normas e da maneira de lidar com associações históricas entre homossexualidade e patologia. Uma cena de campo nos ajuda a enfrentar esta discussão.

Na noite do dia 19 de novembro de 2010, o Programa Municipal de DST/AIDS ofereceu na Praça Bento Quirino a testagem rápida, método que revela o status sorológico de quem o realiza em pouco mais de 15 minutos.

Em um dos cantos da área foram montadas barracas, espalharam-se *banners*, funcionários do Programa Municipal de DST/AIDS puseram-se a postos com suas pranchetas e formulários. Grandes balões com a logomarca do Programa foram içados ao alto, conferindo ao local um ar festivo, completado pela música que vinha dos estabelecimentos ali em volta. Logo as filas começaram a se formar entre as pessoas que desejavam se submeter ao teste. Vários adolescentes faziam círculos de conversas ao redor das barracas, ajudando-se mutuamente a preencher os formulários com seus dados. O clima era de grande excitação.

Esta cena efervescente nos pareceu desconcertante; afinal muitos daqueles e daquelas adolescentes e jovens, devido ao grande número de adesão à testagem naquela noite, passaram de uma a duas horas, ali, esperando o resultado de seus exames enquanto namoravam, riam, bebiam, fumavam, teciam comentários jocosos sobre o tema da AIDS e um possível resultado positivo. Porque aqueles/as jovens parariam sua noite para fazer um exame que, dependendo do resultado, pode impactar fortemente suas vidas?

Naquela noite na Praça foram realizados 115 exames, sendo quatro com resultado positivo. Uma das pessoas já sabia seu status sorológico e quis apenas confirmá-lo³⁰. As outras, todas com mais de 24 anos, declararam ter desconfiança de que seriam portadoras.

Ainda assim, para nós era difícil entender o clima festivo em torno das barracas de testagem, e o consentimento seguido que assistimos por parte dos/das jovens cada vez que eram abordados/as pelos funcionários do Programa. Não eram apenas eles quem chamavam os e as passantes; Vicente, naquela noite “desmontado”, também convidava todas as pessoas que vinham conversar com ele, cumprindo, assim, seu papel de coordenador de saúde do *E-Camp*.

Mais alguns apontamentos de campo ilustram o clima de descontração do qual falamos há pouco e a disponibilidade dos/das frequentadores/ras em se submeter ao exame.

- Vamos fazer, bicha? Pergunta um deles ao amigo, que assente. Passam, então, a preencher o questionário, se juntando a outro que faziam o mesmo, em pé, apoiando as folhas em pranchetas disponibilizadas pelo pessoal do Programa.

Andamos um pouco mais e encontramos novamente Vicente, agora acompanhado por Maximiliano, 13 anos, e que também é conhecido como Karen Close. Ambos haviam feito o exame. “E aí?”, perguntamos quase em uníssono. “Ai, mona, deu positivo para gravidez, nós duas estamos grávidas”, brinca Karen. Rimos.

- Eu não tenho coragem de fazer o teste, diz Larissa (pesquisadora).

- “Mas não dói”, incentiva Vicente. A pesquisadora explica que não é por causa da dor, mas da tensão do resultado.

- Ai, mona, essa é uma adrenalina muito boa!, exclama Vicente, ainda tentando convencê-la.

Quando paramos para analisar essa cena, acabamos pensando na forma como a sociedade contemporânea tem estimulado, a partir de diferentes discursos, o correr riscos controlados. Pensamos, então, na proposta de May Jane Spink (2001) sobre o risco-aventura como metáfora da modernidade tardia. O risco esteve, desde a modernidade, associado à aventura como formadora de caráter, relacionado à bravura expressa na disposição para arriscar-se. Associou-se também à aposta, ao jogo, “em sua essência de potencialidade de ganhos e perdas” (SPINK, 2001: 1283). De repente, começamos a olhar para aquele episódio, pensando nas testagens rápidas como uma espécie de “jogo de vertigem”. Uma prova com muita adrenalina capaz de atestar publicamente a coragem das pessoas que a ela se submetem; ao mesmo tempo em que podem comprovar publicamente a sua “pureza”. Ou seja, mostrar ali, para seus amigos, amigas, “ficantes”, pretendentes, “heteros”, pesquisadores (nós), profissionais da saúde que é uma “bicha limpa”. Aliás, esse era o adjetivo acionado por vários dos presentes quando anunciavam o resultado se seu exame: “Tô limpa, bicha!”.

Podemos pensar, ainda, a partir da proposta da Simone Monteiro (2002), que também trabalhou com adolescentes de uma preferência carioca, quando ela elabora o conceito de hierarquia de riscos: qual o lugar da AIDS, como doença divulgada como crônica, para jovens que estão sob inúmeras ameaças cotidianas? Problemas de aceitação em casa, com episódios que vão da tensão constante, às surras e até expulsões; como aconteceu, com o próprio Vicente. Ou as tensões narradas por Karen, que manifestava grande apreensão em relação às insistências do pai em fazer dela um homem. Ou o medo de serem atacados ou atacadas, no ponto de ônibus, ao saírem da Praça. Os riscos são pensados contextualmente, são relativizados também, e nem sempre a AIDS

aparece como um problema iminente ou relevante na perspectiva de algumas destas pessoas com as quais convivemos.

Na leitura de Cláudia Barros, coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS, mais do que uma relativização de riscos, houve uma certa banalização da doença por parte dos/das jovens. Ainda que os números venham crescendo entre este segmento, conforme dados oficiais, para Barros estabeleceu-se a ideia da eficácia dos medicamentos, pois a divulgação de seus resultados raramente trata dos efeitos colaterais do “coquetel”, nem do que significa tomar medicamentos pelo resto da vida, vendendo uma imagem de que viver com AIDS não é tão difícil assim. Ela lembra que a adesão é ainda um desafio, não só para a AIDS, mas para todas as doenças crônicas. Perguntamos, então, o que os gestores podem fazer, o que tem sido pensado para essa geração, por exemplo, que se reúne no Sucão. Ela responde com honestidade: “não temos respostas para essa geração de jovens gays”.

Vozes oficiais e insatisfações pessoais

Quando se trata de travestis adolescentes e jovens e meninos femininos, as respostas oficiais parecem se escassear e as vozes de gestoras e gestores tornam-se quase inaudíveis frente a algumas iniciativas (e também nos reclamos em relação à falta delas) do poder municipal. Essa sensação de impotência aparece também nas análises do coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual de Campinas, Paulo Reis, que identifica disputas acirradas entre os diferentes setores da Prefeitura, nas quais o campo político da diversidade sexual acaba sendo secundarizado e trabalhando isolado. De acordo com ele, o cenário atual aponta para a necessidade de se construir políticas públicas intersetorialmente, de maneira a atender às demandas colocadas pelo movimento social, bem como gerar respostas aos problemas já diagnosticados: a baixa escolaridade de travestis, o uso de drogas ilícitas, a busca por e as dificuldades de pessoas que não atendem os padrões estabelecidos de gênero em se inserirem no mercado de trabalho formal.

Há, segundo Reis, uma espécie de hierarquia da cidadania, não explicitada, que gera desde comentários desprestigiados em relação às demandas vindas da Coordenadoria pela qual é responsável, até o isolamento desta na estrutura do poder municipal. Isto fica mais claro no exemplo oferecido pela assistente social e coordenadora do CREAS LGBT, Valdirene Santos, ao referir-se à cota de cestas básicas que o serviço mantém para atender principalmente travestis em situação de carência econômica:

(...) Nós não devíamos ter essa cota. Nós temos outros serviços de assistência que deveriam dar conta disso lá no bairro onde elas moram, mas a gente sabe que não vai dar. A nossa preocupação em abrir mão dessa nossa cota, é porque a gente sabe que eles lá não vão dar. Porque lá, elas não vão ser prioridade. Entre uma mãe com marido preso e cinco filhos e uma travesti, a gente sabe para quem vai até a cesta básica.

Na leitura de Santos, o isolamento dos gestores que atuam junto à chamada população LGBT, já mencionado por Paulo Reis, aparece na forma de segmentarização e “guetização” dessa população:

Quando o Centro de Referência foi criado, logo no início, nos começamos a apresentar o nosso trabalho para outros serviços. Aí começou a acontecer assim: aparecia uma lésbica, uma travesti, um gay em qualquer outro serviço da prefeitura, eles mandavam pra gente. Independente da demanda que tinham. Porque é assim, ‘lugar desse povo, é lá no Centro de Referência.

Independente desse processo de segmentação estabelecido via funcionários, as travestis, afirma Valdirene Santos, acabam recorrendo mais ao CREAS LGBT por não se sentirem seguras ou acolhidas em outros serviços estatais. “E aí elas não procuram os serviços de saúde, os serviços de assistência”.

Em relação à saúde, os serviços acessados parecem ser aqueles ligados à DST/AIDS. Suzzy Cristel, que atende no Centro de Referência em DST/AIDS, diz receber várias travestis jovens ali, com as quais pretende começar um “trabalho de formiguinha” em relação à hormonoterapia. “Nós precisamos criar essa demanda dentro dos postos de saúde. Elas precisam saber que o clínico é obrigado a prescrever os hormônios, porque aqui a gente tem esse protocolo”. Ela se refere a um documento criado na cidade de Campinas já há alguns anos, mas pouco divulgado entre os profissionais da Secretaria de Saúde.

Ao fazer uma análise comparativa entre suas experiências de juventude e o presente, Suzzy vê mudanças sociais positivas entre a sua geração e a atual, e atribui ao movimento social muitos desses ganhos. Entre estes, está a possibilidade de travestis circularem com mais segurança durante o dia, movimentação que era arriscada em outros tempos. Ela conta orgulhosa que

naquela tarde da nossa entrevista, havia acompanhado um ato público³¹ onde travestis e “meninos montados” participaram carregando faixas e cartazes.

Apesar das dificuldades atribuídas ao pioneirismo das ações e às resistências políticas e sociais diante das mudanças em curso, Paulo Reis contabiliza avanços, e identifica a Parada da Diversidade como um marco na constituição de visibilidade positiva para as sexualidades dissidentes. Isso criou “uma moçada que não tem tanto medo de se expor quanto a minha geração”. Viver sem medo, crescer sem a marca da vergonha são, na análise de Paulo, ganhos que não podem ser desprezados.

“Aqui pode”: visibilidades festejadas e violência consentida

Já passa das dez da noite e há grande agitação na Praça. Algumas pessoas gritam o nome de uma menina em ovação: “Diana, Diana!”. Um dos taxistas comenta que todo dia é aquilo, referindo-se à briga que envolveu grande parte dos/das adolescentes que estavam ali naquele momento. A confusão começou aos pés da estátua de Bento Quirino, colocada de costas para a do então monarquista Carlos Gomes, em frente à lanchonete Sucão.

O enfrentamento é entre uma menina alta e de aparência masculinizada e dois rapazes visivelmente bêbados. Primeiro, trocas de tapas, seguidas de chutes e socos. Ela se joga com os pés sobre o peito de um deles, logo defere um tapa no outro. Eles vão para cima dela e apanham mais. Começa a juntar gente e não entendemos quem bate em quem e quem está contra quem. Os rapazes começam a vir para o nosso lado. Estamos junto dos taxistas, em uma das margens do retângulo. A menina avança mais uma vez sobre um deles. O pé dela acerta as costas do mais magro, que cai. Algumas pessoas aproveitam para espancá-lo, enquanto Diana acerta o que ficou de pé. Neste instante, ouve-se o estouro de uma bomba de festa junina. Em seguida, mais duas explodem, mas, aparentemente, os únicos assustados em meio à fumaça somos nós. Procuramos saber com os taxistas do que se tratava. Um deles, admirado, nos pergunta se nunca havíamos estado na Praça e nos explica que o autor das bombas é o dono do bar de esquina que fica exatamente ao lado esquerdo da lanchonete Sucão.

Apesar dos estouros, a confusão continuou com um bloco de pessoas empurrando os rapazes cambaleantes para fora da Praça. Nesse momento, um dos taxistas vira para nós e comenta: “depois querem respeito”. Um outro

emenda, “e dizem que são uma comunidade”. E o primeiro: “Em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Ambos riem.

As brigas que ocorrem ali não aparecem como um problema na entrevista de Alex, o taxista que se dispôs a conversar conosco. Ele associa a violência ao pouco policiamento do local durante a noite, acrescentando que isto os deixa (ele e seus companheiros) bastante desprotegidos, sobretudo depois que o movimento diminui. O que parece agredir Alex é o comportamento dos seus frequentadores e frequentadoras. “No caso, assim, eu que sou novato aqui, só tou há um ano no turno da noite, mas a gente repara que é um mundo bem diferente daquilo que a gente tava costumado ver. Aquilo que a gente tava costumado a conviver, mesmo nessas questões de homossexualismo, a gente fica, assim, escandalizado”.

Religioso, mas “de mente aberta”, Alex conta que sempre fala de Jesus para os/as passageiros/as que tomam seu táxi, abrindo o diálogo que, segundo ele, o fez perceber que “aquelas pessoas são como as outras”. Apesar disso, quer mudar de turno:

Aqui é complicado. Porque eu vejo assim, né, é o ambiente que faz o indivíduo. Assim, muitas vezes... a gente trabalhando aqui noite após noite, sei lá, é uma energia meio esquisita. Cê vê, o meu filho mesmo. Eu tenho um menino de cinco anos e uma menina de oito. Eu fico preocupado com o meu menino, sabe. O meu menino é carinhoso e tudo, mas sabe, já embarulha a minha cabeça.

Rai, gerente do Sucão, ao contrário de Alex, diz encarar com tranquilidade a rotina da Praça, pois, segundo ele, os e as frequentadores/as do bar “são muito legal. Melhor do que gente normal [risos]”. Apesar disso, o gerente disse que teve de cortar demonstrações de afeto entre pessoas do mesmo sexo fora do horário noturno, devido à reclamação de clientes. O que pareceu acertado para Jéssica, citada anteriormente, que se reconhece como “homossexual”. Para ela, existem lugares apropriados para que pessoas do mesmo sexo demonstrem carinho, e tem de se respeitar famílias e crianças. Como ela, outras/os clientes parecem também ter aceitado os limites de horário, pois Rai disse não ter tido problemas com essa regra. “Tem até um que perguntou: ‘é preconceito?’. ‘Não, num é preconceito. Mas é totalmente diferente beijar mulher com mulher, homem com homem. Né, diferente?’. E aí o cara, ‘ah, não, é mesmo, num tem problema. E eles entende. É bom

por isso”.” Jéssica concorda inteiramente com essa circunscrição do espaço de expressão dos afetos e desejos entre pessoas do mesmo sexo, dando como exemplo o fato de não achar “bonito” duas mulheres de mãos dadas por aí. “Aqui, tudo bem, pode. Nosso espaço é aqui, é uma conquista. Não dá pra sair chocando, entende?”.

Algumas das “montadas” parecem entender bem que essa permissão é territorializada. Chegam à Praça com trajes que podemos classificar como “neutros” em suas características de gênero, trazendo nas mãos sacolas de plástico ou papelão. Vão até o banheiro do Sucão e dali saem de peruca, vestido, sandália. Por volta das 23h, quando os últimos ônibus para a periferia deixam de circular, elas se “desmontam”, antes de voltarem para seus bairros. É o chamado “efeito Cinderela”.

A discrição demandada durante o dia por alguns clientes se inverte à noite, quando aparecem curiosos “pra ver se é verdade mesmo. Muito gente vem do Amanda (bairro na periferia de uma cidade vizinha) porque não acredita que aqui é ponto gay. Que aqui mulher beija com mulher e homem com homem”, comenta Rai.

Essa “curiosidade” parece ter se estendido para vários setores da sociedade, pautando temas relativos às sexualidades não-heterossexuais como assunto recorrente na mídia. As reiteraões de estereótipos que por vezes ocorrem nessas veiculaões podem ser vistas como positivas, como fica claro no depoimento de Rafaela que foi ao programa do Ratinho juntamente com Deco Ribeiro e Chesler Moreira, responsáveis pela “Escola Gay”. Deco avaliou a abordagem como sendo desprestigiada e quase debochada, mas Rafaela achou que foi “tudo! O Ratinho foi finíssimo. Tratou com maior respeito. Me disse assim: ‘nossa, você parece mulher!’”. Ou quando ela esteve no Programa do Gugu (único a pagá-la com um cachê) para ser o exemplo da aplicação de silicone industrial que “deu certo e mesmo assim não deu certo, entende? Porque isso vai ficar sei lá de que jeito quando eu envelhecer. Então, tinha a bicha que deu tudo errado, a outra que deu assim no truque, e eu que era a que mesmo dando certo, não deu certo”, explica, acrescentando ter realizado um sonho indo àquele programa.

A mídia parece exercer esse poder de sedução, no qual o mostrar-se é lido como sendo prestigioso, ainda que o conteúdo da mensagem dê margens para reforços de imagens negativas sobre determinados segmentos. Mesmo a mãe de Vicente/Silvana Sangalo, que não vive com ele/a e teve dificuldades

em aceitar a orientação sexual do filho, propagou pela vizinhança que ele iria aparecer no programa *Altas Horas*, da Rede Globo, comandado por Serginho Groisman. Vicente esteve lá, junto com outros jovens para falar sobre a “Escola Gay”.

Daniel, um dos meninos que se identifica como *drag-queen*, certa vez fez um comentário que aponta para como essa visibilidade midiática pode ser contabilizada de forma positiva. Quando seu pai – que sempre o desprezou e, mesmo, o condenou, por ser um menino “afeminado” – viu matérias no *Fantástico* sobre a Parada da Diversidade, não teve coragem de fazer os comentários que geralmente soltava para todos, mas que Daniel sabia que tinham um endereço certo: eram para atingi-lo. “Cada vez que ele falava aquelas coisas lá, eu entrava mais pra dentro do armário. Mas naquela vez do *Fantástico* ele ficou calado. A reportagem não era negativa, mostrava que tinha um monte de gente como eu. Ele teve que ficar calado. Eu adorei” [risos].

“...Depois, querida, ganharemos o mundo³²”

Os entrevistados falam de suas conquistas, contabilizadas na luta por se fazer aceitar e respeitar. Aparentemente pequenas, elas podem ter significado expressivo para essas e esses jovens que cresceram sob a marca da vergonha e o sentimento de inadequação.

Rúbia conta como vitória contra o preconceito o fato de não ter sofrido qualquer agressão desde o primeiro momento em que foi “montada” para a escola e vê como um avanço o fato de ter permissão da diretora para usar o banheiro feminino. Ainda que não tenha seu nome feminino na lista de chamada, a professora faz a concessão de chamar todos pelo número, o que seria uma forma de evitar o constrangimento de Rúbia. “Este ano aconteceu o pior... cai com o número 24. Ai que ódio. Ela chama e eu de cabeça baixa só levanto a mão, ‘aquí’”. Na escola, senta isolada e diz não ter muitos amigos, só algumas meninas. Mas que todo mundo a procura quando perde matéria e ninguém a despreza. Por tudo isso, considera haver menos preconceito, o que a tem mantido no firme propósito de concluir o Ensino Médio. Vicente, no entanto, reclama de onde estuda. Lá os efeminados, queixa-se ele, não são respeitados. “A diretora não deixa nem experimentarem um cílios, para ver como fica”.

Nossos dados de campo apontam para permanências, mudanças e reinscrições nesse terreno acidentado das convenções sobre gênero e sexualidades dissidentes, onde meninos femininos e travestis ainda muito jovens procuram espaço para se expressarem e construir suas vidas.

Ao evitarmos as casas de cafetinas e os pontos de prostituição, percebemos que há uma cena nova, incipiente, mas efervescente, na qual uma pluralidade de expressões de gênero, de categorias identitárias são inventadas, reformuladas, reivindicadas, recusadas, na busca dessas/es adolescentes e jovens de se entenderem, a si mesmos, a partir das estreitas possibilidades dos binarismos hetero/homo e masculino/feminino, normal/desviante.

Novos espaços de visibilidade e sociabilidade vêm sendo constituídos, oferecendo possibilidades mais largas para pensar em si mesmo e questionar normas. Ainda assim, não é raro que as angústias em relação à questão “o que eu sou”, encontrem dificuldades de respostas fora dessa matriz hegemônica. Os limites deste modelo se evidenciam a cada momento, mas parece que, pelo menos por ora, as ferramentas para enfrentá-lo, desconstruí-lo e problematizá-lo não estão suficientemente elaboradas, ainda que na prática elas operem, mostrando que toda essa maquinaria do sexo e do gênero falha.

Em busca de termos de identificação e reconhecimento, meninos/as experimentam aqueles que estão disponíveis. Tentam fazer com que eles sejam capazes de traduzir a complexidade de suas vivências e, muitas vezes, se frustram. Mas, como nos lembra Preciado, a normalização dos gêneros não implica, necessariamente, determinismos, nem impossibilidade de ação política:

Al contrario. Dado que la multitud queer lleva en sí misma, como fracaso o residuo, la historia de las tecnologías de normalización de los cuerpos, tiene también la posibilidad de intervenir en los dispositivos biotecnológicos de producción de subjetividad sexual (2004: s/n).

As diversas pesquisas – inclusive, as citadas neste artigo – têm mostrado que essa “comunidade” encontra dificuldades em se irmanar ou se reconhecer na fixação das letras L, G, B, T, e de outras mais que estão sendo agregadas. Pelo menos entre essas e esses adolescentes e jovens apresentados aqui brevemente, dizer-se ou ser apontada/o como travesti, *drag*, *gay* ou qualquer outra classificação identitária, não parece ter acalmado nelas as dúvidas e as ansiedades quanto à possibilidade de viverem vidas mais legítimas.

Porém, o campo nos mostrou que há uma intensificação das reflexões sobre essas vivências como exercício cada vez mais presente na vida de meninos femininos, jovens travestis, “montadas”, *drags*, assim como daquelas pessoas que, considerando que vivem “em outro mundo”, têm visto as fronteiras ficarem cada vez mais borradas. Foi interessante e promissor conviver com jovens que têm ousado burlar as convenções de gênero e sexo, ao mesmo tempo em que buscam com ansiedade uma gramática possível, uma semântica nova para o novo que eles representam. Talvez a encontrem em breve, pois tem havido um esforço orquestrado nesse sentido, mesmo que as resistências reativas ainda sejam sensíveis.

Notas

1 A Praça chama-se oficialmente Bento Quirino, em homenagem a um campineiro republicano que fez seu nome na política dos anos 30 naquela cidade. O nome Sucá associado à praça é referência à franquía de lanchonetes que tem um ponto no local; este se constitui espaço de encontro de adolescentes. Concentramos nossa observação participante nesta praça.

2 Estar montada é se apresentar como feminina, através de roupas e acessórios comumente usados por mulheres (saias, bolsas, maquiagem, cabelos longos, etc). O pai de Vicente passou a buscá-lo nos lugares em que ele costuma passear e fazer sua militância depois que o rapaz, ainda menor de idade naquele momento, foi agredido e teve o celular roubado, quando “montado” como Silvana Sangalo, esperava o ônibus para retornar para casa.

3 Este artigo foi elaborado a partir do engajamento da autora e autor no projeto de implantação da área de pesquisa “Diversidade sexual, poder e diferença”, no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp. O projeto obteve apoio da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e teve como coordenadoras as pesquisadoras Iara Beleli e Karla Bessa, do Pagu. Integraram, ainda, a equipe de coordenação a pesquisadora Regina Facchini (Pagu/Unicamp) e a Professora Larissa Pelúcio (UNESP Bauru). Diferentes estudantes também colaboraram com esta nova área de pesquisa, assim como a equipe de profissionais vinculados ao Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu/UNICAMP que já possuem experiência no tema. Agradecemos imensamente a todos/as os/as envolvidos/as pela cooperação e apoio constante.

4 Um “Ponto de cultura”, isto é, uma iniciativa da sociedade civil organizada em parceria com o Ministério da Educação e Cultura que, por meio de seleção por editais públicos, se responsabiliza por articular e impulsionar as ações que já existem nas comunidades onde atuam” (http://www.e-jovem.com/escola_jovem_lgbt.html).

Ao longo destes 11 meses de incursões no campo, entrevistamos a coordenadora do Programa Municipal de DST/AIDS, de Campinas (PM DST/AIDS), Cláudia Barros Bernardi; o coordenador de Políticas Públicas para a Diversidade Sexual, de Campinas, Paulo Reis; a assistente social Valdirene dos Santos, que ocupava naquele momento a coordenação geral

“...DEPOIS, QUERIDA, GANHAREMOS O MUNDO”

do Centro de Referência Especializado da Assistência Social para Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis, da cidade de Campinas (CREAS LGBT); a agente de saúde vinculada ao Centro de Referência em DST/AIDS, Suzzy Cristel – Agente de prevenção e redutora de danos do Programa Municipal DST/AIDS, de Campinas e militante do Identidade – grupo de luta pela diversidade sexual – e o coordenador da ONG E-Camp e diretor do Ponto de Cultura conhecido como Escola Gay, Deco Ribeiro.

5 Confira essa repercussão em 1-) <http://noticias.terra.com.br/educacao/noticias/0,,OI4172952-EI8266,00-Campinas+tera+escola+do+Brasil+voltada+para+publico+gay.html>; 2-) <http://fantastico.globo.com/platb/ocurioso/tag/gay/> e 3-) <http://www.youtube.com/watch?v=9A9ZI9xc6yE>.

6 Para maiores informações sobre a “Escola gay” e seus cursos, consultar: <http://www.e-jovem.com/escola/>.

7 Trata-se de funcionárias/os que atuam em agências, isto é, em órgãos governamentais (sejam municipais, estaduais ou federais), como executores de políticas públicas, bem como avaliadores/as e formuladores/as das mesmas.

8 As/os agentes de saúde são, geralmente, pessoas que já exercem certa liderança em suas comunidades de origem e, por essa razão, são convidadas a se engajar em algum programa social como agente, no caso, relativo a questões de saúde. Para tanto, recebem formação para atuar com população considerada vulnerável e, comumente, não fazem parte do quadro efetivo de funcionários do Estado, mas recebem bolsas como remuneração.

9 Algumas meninas performando um estilo mais masculinizados eram jovens suficientes para não terem seios, assim como alguns meninos mais femininos, eram ainda imberbes, resultando, em ambos, aparência que borrava os códigos de estilos de gêneros.

10 Nas lembranças de Deco Ribeiro, antigo freqüentador do lugar, pelo menos desde 2003 o bar do Sucão, hoje chamado Sandubão, começava a tomar as características de público que tinha quando estávamos em campo. Segundo o gerente do bar, tudo começou com as mulheres lésbicas, que marcavam encontros via *internet*, em um momento em que o Sucão ainda não era tido como um bar “de viados”.

11 Estilo juvenil no qual a androgenia se expressa não apenas nas roupas, mas também nos comportamentos, sobretudo dos meninos, que manifestam abertamente sua emotividade (daí o nome emo, que vem de uma contração do estilo de música *emocore*). Para melhor discussão sobre sexualidade referente aos emos, ver Simão, 2008.

12 Intencionalidade muitas vezes expressa ao longo de nossos trabalhos etnográficos anteriores (ver Pelúcio, 2009 e Duque, 2011).

13 Mary Douglas define convenção como sendo “um acordo a se fazer algo de uma certa maneira sem um motivo racional do porquê deve tal coisa ser feita de tal maneira, mas com um forte desejo de todos os envolvidos de que alguma regra, seja qual for, deve ser usualmente observada. Por exemplo, dirigir pela direita, ou pela esquerda, ou fazer a feira no sábado ou na sexta-feira. Ninguém se importa qual é a regra, mas porque querem uma regra, fazem uma escolha” (2007: 26).

14 Modelo de camisa justa ao corpo e levemente acinturada.

15 Mais recentemente, a decisão do Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, reconhecendo a “união homoafetiva” e o veto da Presidenta Dilma Rousseff ao chamado “Kit anti-homofobia”, ajudaram a polemizar as discussões e a manter o tema em pauta, seja no âmbito político ou no social, motivando debates travados em distintas instâncias.

16 De acordo com Miskolci, “o armário é uma forma de regulação da vida social de pessoas que se relacionam com outras do mesmo sexo, mas temem as consequências nas esferas familiar e pública. Ele se baseia no segredo, na ‘mentira’ e na vida dupla. Esta tríade constitui mecanismos de proteção que também aprisionam e legam consequências psíquicas e sociais àqueles que nele se escondem. Dividir-se em dois, manter uma fachada ilusória entre si mesmo e aqueles com quem convive, exige muito esforço e capacidade para suportar o medo de ser descoberto. O temor cria a necessidade de estar sempre alerta para sinais que denunciem sua intimidade e desejos, evitar lugares e pessoas que o associem a uma identidade temida, força para agir contra seus próprios sentimentos e manter o compromisso com a ordem social que o rejeita, controla e poda das mais variadas formas.” (MISKOLCI, 2007: 58).

17 Isto evidencia que nunca se sai definitivamente do “armário”, como já sugeriu Eve K. Sedgwick (2007). Miskolci acentua que não há apenas um armário, mas diversos tipos de dispositivos de controle do gênero e da sexualidade (comunicação pessoal).

18 Na nossa interpretação, essas experimentações podem ser entendidas também como brincadeiras, o que não quer dizer que elas não sejam levadas a sério quando atualizadas. Deco Ribeiro, coordenador da ONG E-Jovem, comentou conosco que ele ouve os meninos combinando durante as atividades na ONG as idas à Praça: “Eles dizem ‘ah, hoje eu vou fazer a *drag*...’ e faz uma coisa mais palco. ‘Ah, vou fazer a linha travesti’. Aí é uma coisa mais insinuante... ‘Vou de mapô’, que é aquela coisa mais menina mesmo”.

19 Frase que se tornou uma espécie de bordão de uma famosa *drag-queen* paulistana que a utiliza para ironizar algum tipo de escassez (seja de homens bonitos, de glamour ou dinheiro) ao mesmo tempo em que sugere que seu público aceite e aproveite o que se tem para oferecer, apesar das restrições.

20 É preciso considerar que esse bate-papo aconteceu justamente entre pessoas que integram uma ONG voltada para jovens gays, travestis, transexuais, bissexuais e lésbicas.

21 O termo “mona”, derivado do ioruba-nagô, é largamente usado nas interlocuções com outra travesti e, segundo alguns dicionários, significa menina.

22 Quer dizer que gostam de ser penetrados.

23 É como muitas travestis se referem ao ato de se prostituir na rua.

24 É interessante observar que quando propusemos o termo *cross-dresser* para alguns dos jovens com os quais dialogamos, eles mostraram não saber do que se tratava. Explicamos que praticantes de *cross-dressing* se vestiam ocasionalmente de mulher e que essa “montagem” não tinha ligação direta com orientação sexual. Essa explanação não diminuiu o estranhamento deles diante dessa prática, com a qual, nos pareceu, não se sentiam minimamente identificados. Em sua tese de doutorado sobre o *Brazilian Cross-dresser Club*, Anna Paula Vencato (2009), mostra que o pertencimento à classe média e a concentração etária em torno dos 50 a 60 anos foram marcadores sensíveis em seu campo.

25 É mais comum que as/os adolescentes e jovens dessa pesquisa tratem o *E-Camp* pela sigla nacional.

26 Esta lei foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em novembro de 2001, e dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. Pode ser punido administrativamente todo cidadão, inclusive detentor de função pública, civil ou militar, e qualquer organização social, empresas públicas ou privadas. Maiores informações: <http://www.justica.sp.gov.br/Modulo.asp?Modulo=306>.

27 Encontramos Jéssica na praça panfletando e convidando as pessoas para a “passeata da diversidade” que iria acontecer “nos próximos dias”, em Indaiatuba, cidade vizinha a Campinas. Segundo o que nos disse, era intencional não divulgar o evento como “Parada Gay”, porque queriam demonstrar algo mais “sério” e “respeitoso”, para não haver resistência das pessoas “devido às imagens que normalmente são divulgadas das paradas por aí”. Segundo ela, dessa forma também não exporia quem pegasse o folheto, “quem é entendido sabe, né?”. Ou seja, não precisava explicar muito.

28 É preciso considerar também a atuação da sociabilidade na *internet* na proliferação de categorias classificatórias. Parreiras, por exemplo, mostra o papel da *internet* na constituição de novas subjetividades relacionadas a homens que se relacionam afetiva e sexualmente com outros homens, e como as categorias identitárias são acionadas no “pontocom” (em alusão aos espaços de sociabilidade da *internet*) para pensar a própria sexualidade e corporalidade. De acordo com Parreiras, a comunidade virtual que ela estudou, funciona como um espaço de “pedagogização” na forma de ser “gay” e possibilita, segundo seus interlocutores na pesquisa, uma maneira de “sair do armário”.

29 Para maiores detalhes sobre o período, no que tange à organização do movimento social LGBT, ver Simões e Facchini (2009).

30 Número, segundo o PM DST/AIDS, de pessoas que realizaram a testagem na praça do Sucão naquela data.

31 Trata-se do “EURECA: eu reconheço o Estatuto da Criança e Adolescente”, ato organizado em forma de bloco carnavalesco, por movimentos sociais e entidades que atuam na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

32 Frase encontrada no informativo “Zine Galera E-jovem”, do Grupo E-jovem, resultado de parte do projeto “Galera E-jovem – formando jovens protagonistas e multiplicadores em DST/AIDS e saúde integral”. O financiamento do projeto é da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, em parceria com o Programa Municipal DST/AIDS de Campinas. A ideia era que os adolescentes e jovens criassem, produzissem e divulgassem uma revista de bolso que tratasse de saúde em meio a outros temas de seus interesses.

Bibliografia

BARBOSA, Bruno C. Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. Dissertação de Mestrado em Ciência Social. Universidade de São Paulo (USP), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. 2005. Rio de Janeiro: Garamond-Universitária. 2010.

DOUGLAS, Mary. “O mundo dos bens, vinte anos depois”. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, 2007. p. 17-32, jul./dez.

DUQUE, Tiago. *Montagens e Des-montagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes*. São Paulo: Annablume, 2011.

FRANÇA, Isadora L. Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e subjetividades na cidade de São Paulo. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2010.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. “Dragões”: gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Universidade de São Paulo (USP). 2007.

HEILBORN, Maria Luiza. *Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária. 2004.

KULICK, Don. *Travestis, sex, gender and culture, among Brazilians transgendered prostitutes*. Chicago: The University of Chicago Press. 1998.

MONTEIRO, Simone. *Que prevenção: AIDS, sexualidade e gênero em uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz. 2002.

MISKOLCI, Richard. “Comentário sobre A epistemologia do armário”. **Cadernos Pagu**. Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu UNICAMP, n. 28 , 2007. p. 56-63.

MONTEIRO, Simone *et al* . “Identidades, trânsitos e diversidade sexual em contextos de sociabilidade juvenil no Rio de Janeiro”. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, n. 35, dez, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332010000200004&lng=en&nrm=iso>. Última consulta em 19/01/2010.

PATRÍCIO, Maria Cecília. Travestismo: mobilidade e construção de identidades em Campina Grande. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife. 2002.

PARREIRAS, Carolina. Sexualidade no ponto.com: espaços e homossexualidades a partir de uma comunidade on-line. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2008.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume, 2009.

PERES, Wiliam Siqueira. Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva/Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2005.

“...DEPOIS, QUERIDA, GANHAREMOS O MUNDO”

PERLONGHER, Néstor O. *O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

PERLONGHER, Néstor O. *O Que é AIDS*. São Paulo: Brasiliense. 1987.

PRECIADO, Beatriz. “Multitudes queer - Notas para uma política de los ‘anormales’”. *Revista Multitudes*, 12, 2004. Disponível em: <http://multitudes.samizdat.net/Multitudes-queer>. Última consulta em 20/01/2011.

SANTOS, Joseylson F. dos. *Femininos de montar: uma etnografia sobre experiências de gênero entre drag-queens*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2012.

SEDGWICK, Eve. 2007. “A epistemologia do armário”. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 28, p. 19-54. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>.

SILVA, Hélio R. *Travesti – A invenção do feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ ISER. 1993.

SILVESTRI, Leonor. 2010. “Las políticas del sexo y del deseo”. *Revista Ñ – revista de Cultura*, 19 de junho. Disponível em http://edant.revistaenie.clarin.com/notas/2010/06/19/_-02203127.htm.

SIMÃO, Ângela S. *Por que choras? O lugar da sensibilidade em uma tribo juvenil contemporânea: os Emos*. Trabalho de conclusão de Graduação. Curso de Pedagogia – Licenciatura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2008.

SIMÕES, Júlio A.; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2009.

SIMÕES, J. A.; FRANÇA, Isadora Lins; MACEDO, Márcio. “Jeitos de corpo: cor/raça, gênero, sexualidade e sociabilidade juvenil no centro de São Paulo”. **Cadernos Pagu**, v. 35, p. 37-78, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332010000200003&script=sci_arttext.

SPINK, Mary Jane. Cad. P. “Trópicos do discurso sobre risco: risco-aventura como metáfora na modernidade tardia”. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 6, Dec. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2001000600002&lng=en&nrm=iso>.

VENCATO, Anna Paula. 2009. “Existimos pelo prazer de ser mulher”: uma análise do Brazilian Crossdresser Club. Tese de Doutorado em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Resumo

A pesquisa que deu origem a este artigo pretendeu mapear e problematizar as condições de vida de travestis adolescentes e jovens que vivem na cidade de Campinas (SP). Buscamos contatá-las fora dos ambientes que têm sido identificados como espaços clássicos de aprendizado e sociabilidade deste segmento, acreditando que assim as mudanças e permanências nas formas de constituição dessas subjetividades poderiam se evidenciar. Ao iniciarmos nossas incursões etnográficas fomos surpreendidos por múltiplas experimentações de gênero e vivências de sexualidade, acompanhadas do esforço de seus protagonistas em classificá-las a partir das categorias identitárias disponíveis. Então, meninos femininos, “montadas” e “drags” passaram a nos mostrar outras experiências de vida no feminino, provocando nossa imaginação sobre as experiências e lutas políticas contemporâneas no campo das sexualidades.

Palavras-chave: meninos femininos, travestis adolescentes, limites identitários, gênero, sexualidade.

Abstract

This article originated in a research that was meant to map out and examine the life conditions of “travesti” (transgender) teenagers and youth living in the city of Campinas, state of São Paulo. We contacted our informants outside the environments usually identified as the common spaces where members of this group spend their time and share their experiences, as a strategy that we believed could enable us to better perceive how they construct their subjectivities. As we began our ethnographic endeavors, we were surprised by the multiplicity of ways in which these young people experimented with gender and sexuality, yet which were, at the same time, accompanied by efforts to fit these experiments within available identity categories. Feminine boys, cross dressers and drags thus constructed their own ways of living the feminine, and in doing so, stirred our imagination regarding contemporary experiences and political struggles in the realm of sexuality.

Keywords: feminine boys, transgender teenagers, the limits of identity, gender, sexuality.

Recebido para publicação em fevereiro/2013.

Aceito em abril/2013.